



## **CADERNO REIVINDICATIVO**

### **Não tem de ser assim! Por um Ensino Superior de Abril!**

Em Abril de 1974, após décadas de resistência à longa noite fascista, onde os estudantes desempenharam um papel preponderante, foi conquistada, pelo povo português, a liberdade. Dois anos depois, ficou plasmado na Constituição da República Portuguesa o direito à educação, desde o nível básico até aos estudos mais avançados. Esta conquista, como sempre, foi a luta que conseguiu e, em particular, a luta do povo e da juventude portuguesa, projectando para o futuro um ideal de progresso social e que permitiria, a todos, um Ensino Superior Público, Gratuito, Democrático e de Qualidade..

No entanto, desde aí, e sempre contra as aspirações e protestos dos estudantes, têm-se sucedido contínuos reveses. Os ataques ao Ensino Superior Público têm-se intensificado destacadamente, em particular nos últimos anos. A imposição da lógica neoliberal tem levado à desresponsabilização do Estado perante o ES, nos retrocessos na sua democratização, na elitização e criação de barreiras à entrada e permanência dos estudantes. Nesse sentido, o Ensino Superior passa a ser encarado, cada vez mais, como uma mera ponte para a formação de profissionais especializados e para a sua respectiva entrada no chamado mercado de trabalho. Perde-se, cada vez mais, a função que deveria ter: a formação integral dos estudantes, dotando-os de capacidade crítica e criativa, servindo para o desenvolvimento do país e da Humanidade, do conhecimento cada vez mais avançado nos vários ramos das Ciências, incluindo as Sociais, nas Humanidades, nas Artes.

A FCSH não escapa a isto. Os problemas são cada vez mais e maiores, reflectindo-se em cada área da vida dos estudantes e dos seus percursos nesta instituição. A AEFCSH, como sempre fez, mantém uma relação de proximidade com os estudantes e os seus núcleos, num processo contínuo e permanente de auscultação, que nos permite conhecer mais a fundo os problemas e aspirações de quem cá estuda, desde os que se prendem com questões mais estruturais até aos mais específicos. Um processo que não separa as questões mais concretas dos problemas gerais, antes compreende a relação entre os dois e entende que o caminho para a superação dos problemas mais gerais passará, inevitavelmente, pela luta contra os problemas concretos, do dia a dia.



É por esse motivo que nos é possível, agora, apresentar este Caderno Reivindicativo. Este caderno é fruto directo do contacto com os estudantes desta Faculdade. Ligado à vida dos estudantes, é fruto de um conhecimento ímpar da realidade que procuramos sempre ter.

Ele é também fruto do nosso entendimento do que é ser uma Associação de Estudantes, de que o nosso papel, face aos ataques que vemos ao Ensino Superior de Abril, bem claros no programa do actual Governo, é preciso resistir, afirmar as soluções necessárias e organizar, em luta, os estudantes para fazer face àquilo que nos querem ditar.

Cá estamos, como dizemos muitas vezes, por um Ensino Superior de Abril.

Se nos tentam dizer que não há alternativa, respondemos e responderemos sempre - “Não Tem de Ser Assim!”



## Problemas Concretos da FCSH

### Necessidades do Campus de Campolide e da transição da FCSH para o mesmo

- Garantir que a transição da NOVA FCSH para o Campus da Universidade NOVA de Lisboa em Campolide ocorre com a devida auscultação aos estudantes, auscultação essa que deve ser abrangente, chegando a todos os estudantes e ouvindo activamente os seus representantes;
- Reparação ou substituição dos elevadores do CAN;
- Mais espaços de Estudo que permitam dar resposta aos muitos estudantes da FCSH no Campus;
- Um espaço digno para a AEFCSH, que permita o desenvolvimento de actividades;
- Um espaço para cada núcleo de estudantes cujo departamento esteja instalado em Campolide;
- Garantir que todos os equipamentos e espaços do campus estão acessíveis aos estudantes da FCSH, e não apenas aos estudantes da IMS e da Faculdade de Direito;
- Criação de uma reprografia no CAN;
- Alargamento do horário e capacidade da cantina do CAN, bem como a melhoria da qualidade e quantidade das suas refeições;
- Criação de um Bar, gerido directamente pelos Serviços de Acção Social, dentro do Colégio Almada Negreiros;
- Reforço da rede Wi-fi em todo o Campus;
- Aumento do espólio e obras disponíveis na Biblioteca Vitorino Magalhães Godinho;
- Aumento do número de tomadas nas salas de aula



## **Acção Social, Taxas e Emolumentos**

- Fim dos juros de mora e de outras sanções pelo não pagamento de propinas (como o impedimento de inscrição em unidades curriculares num novo semestre), cumprindo o disposto na Lei n.º 42/2019;
- Alargamento do horário da cantina da FCSH na Avenida de Berna até, pelo menos, às 21h30, para que os estudantes de mestrado possam jantar, e das 14h30 às 18h, para os estudantes de mestrado ou pós-graduação que queiram jantar antes das aulas o possam fazer e para os estudantes de licenciatura com aulas seguidas antes da hora de almoço;
- Redução e congelamento do preço da refeição social em 2,70 €;
- Admissão dos cartões de subsídio de refeição para pagamento de refeições na cantina;
- Redução dos preços do bar da FCSH na Avenida de Berna, voltando à tabela anterior à aplicada em Janeiro de 2024;
- Contratação do número de psicólogos que garantam o cumprimento do rácio definido nacional e internacionalmente de 1 psicólogo para 500 estudantes - isto é, 8 psicólogos, a somar aos que hoje existem;
- Fim da cobrança de taxas para obtenção de diploma de certificação do grau de ensino;
- Alargamento da possibilidade de realização de prova de recurso a todos os estudantes e não só aos que têm nota acima de 8 valores.



## **Necessidades do Campus da Avenida de Berna**

- Aumento do espaço da biblioteca e melhoria das suas condições de estudo;
- Implantação de ecopontos em todo o campus, tornando a Faculdade mais sustentável e ecológica;
- Criação de mais espaços de estudo, por exemplo nos espaços que hoje se encontram alugados ou inutilizados;
- Aumento do espólio e obras disponíveis na Biblioteca Sottomayor Cardia;
- Desbaratização regular de toda a faculdade, para assegurar que não será hábito para os estudantes encontrar baratas nos WCs e noutros espaços da faculdade;
- Garantir mais mesas e cadeiras na esplanada;
- Garantir as condições climatização das salas de aula e de outros espaços da faculdade que chegam a atingir temperaturas incomportáveis para os estudantes;
- Criação de mais espaços de convívio e dotação dos espaços que já existem de elementos que tornem os espaços mais acolhedores e participativos;
- Disponibilização de algum número de cacifos para os estudantes poderem deixar os seus pertences durante o dia;
- Reforço da rede Wi-Fi em todo o campus;
- Aumento do número de tomadas nas salas de aula;
- Melhoria dos microfones e câmaras para quem necessite de comparecer nas aulas à distância;
- Garantia de espaços para ensaiar para os estudantes de Ciências Musicais;
- Melhoria da qualidade dos projectores e colunas das salas, proporcionando melhores condições aos cursos que mais necessitam destes elementos, como por exemplo as licenciaturas de História de Arte e Ciências Musicais, respectivamente;
- Reparação ou substituição dos elevadores em todo o Campus, garantindo uma maior acessibilidade;
- Disponibilização de mais bibliografia obrigatória, reduzindo os custos em material dos estudantes;
- Reabertura, em condições, da mapoteca para os estudantes do departamento de Geografia;
- Reparação dos estores de todas as salas do Campus.



## **Cursos e oferta curricular**

- Reversão da redução de oferta da curricular verificada em praticamente todos os cursos neste ano lectivo (e nos anteriores) e que reduziu, drasticamente, a oferta curricular, nomeadamente para os estudantes de licenciatura;
- Contratação efectiva, para este efeito, de mais professores, garantindo o aumento da oferta curricular e impedindo a sobrecarga horária lectiva dos docentes já contratados;
- Reversão imediata às consequências da reforma curricular nos cursos em que ela verifica para os estudantes que estão a fazer um 4º ano de licenciatura e que estão, em virtude da alteração do plano de estudos de cada cursos, a ser obrigados a realizar cadeiras que, quando entraram na licenciatura, não constavam do plano de estudos obrigatório, como é o caso da licenciatura de Filosofia, História, Ciências da Comunicação, etc;
- Acelerar os processos de admissão dos estudantes nas unidades curriculares livres, processo que muitas vezes se estende largas semanas depois do início do ano lectivo;
- Uniformização do número de créditos das unidades curriculares, evitando que cadeiras com a mesma carga horária contêm de forma diferente para o trajecto académico de cada estudante;
- Inclusão do CRIA como entidade em que os estudantes possam estagiar, revertendo a situação que actualmente se verifica no curso de Antropologia, em que os alunos são desde há algum tempo impedidos de lá estagiar;
- Promoção da melhor comunicação entre professores e alunos e maior celeridade e resposta nas queixas efectuadas pelos estudantes acerca de situações que denunciem na faculdade, nomeadamente o comportamento de alguns dos seus docentes.



## **Estudantes Erasmus e Estudantes PALOP**

- Oferta de aulas de português intensivo e de introdução à informática aos estudantes PALOP que tenham essa necessidade, oferta que hoje a Faculdade não tem;
- Acompanhamento e apoio dos estudantes PALOP na sua integração e, a nível mais geral, reforço da acção social para os mesmos;
- Estabelecimento de acordos que permitam alargar o regime de excepção para estudantes PALOP a mais estudantes e que não permitam que existam estudantes PALOP a pagar propinas de estudante internacional;
- Reforço do apoio da Faculdade aos estudantes Erasmus, conferindo auxílio e acompanhamento permanente, nomeadamente na fase inicial da sua estadia no Ensino Superior português, dirimindo dúvidas e problemas que possam surgir e combatendo o isolamento que possam vir a verificar;
- Regularização dos problemas que levam a que os estudantes que cá realizam unidades curriculares em Erasmus não possam comprovar esse aproveitamento nas suas Instituições de Ensino Superior;
- Reforço de meios de auxílio aos estudantes que pretendem ingressar no Programa Erasmus+.



## **Núcleos, Grupos e Colectivos de Estudantes**

- Garantia urgente e indispensável de um espaço digno e em condições para cada núcleo de estudantes associado à AEFCSH no campus em que o departamento se encontra sediado;
- Garantia urgente de espaços de armazenamento para cada núcleo;
- Promoção, por parte da Faculdade, das actividades dos Núcleos de Estudantes da FCSH, bem como da sua estrutura e objectivos, nomeadamente no site da Faculdade;
- Apoio financeiro anual, por parte da Direcção, à Associação de Estudantes destinado a ser distribuído pelos Núcleos, Grupos e Colectivos de Estudantes da AEFCSH;
- Criação de e-mail específico para contacto com os Núcleos da parte da Direcção da Faculdade.



## Questões Estruturais

### RJIES e Regime Fundacional

A implementação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) em 2007 marcou um desenvolvimento profundamente negativo para os estudantes, sendo um passo muito significativo em direcção à privatização do ES. Destacam-se dois principais problemas - a desresponsabilização do Estado da sua função de financiamento do Ensino Superior público e a criação de novos órgãos de gestão ou a modificação dos já existentes. Com o RJIES, em nome da “autonomia”, as IES passam a ser responsáveis por obter 50% do seu próprio financiamento, como se isso não significasse, em primeiro lugar, uma enorme perda de autonomia em relação às entidades que passam a financiar as suas instituições e, em segundo, que cada vez mais custos iriam recair sobre os estudantes, sob forma de propinas, taxas, emolumentos e outros encargos cobrados. A “independência” face ao financiamento público é a brutal dependência das propinas e outras taxas e do financiamento privado. Aí se inclui a possibilidade das IES aderirem ao Regime Fundacional, coisa que a Universidade NOVA já fez e com os resultados que conhecemos.

Igualmente negativo é a redução da participação e representação estudantil nos órgãos de gestão, o que contrasta com a introdução de membros externos. Nos termos do RJIES, o Conselho Geral, que substituiu o Senado como o mais alto órgão deliberativo, tem de ter um mínimo de 15% de estudantes e 30% de representantes externos, alheios à faculdade. A estes novos gestores, muitas vezes ligados à banca ou a grandes grupos económicos, cabe encontrar a forma mais lucrativa de gerir a instituição. O afastamento de estudantes, trabalhadores docentes e não docentes e investigadores, muito mais inteirados dos problemas das instituições onde estudam e/ou trabalham, representa a dependência das instituições em relação a estas entidades e uma enorme falta de democracia, criando inúmeros novos problemas e dificultando a resolução dos que já existem e submetendo a gestão patrimonial e financeira das IES à lógica de mercado.



Por isso, defendemos:

- Uma revisão profunda do RJIES que:
  - Revogue o Regime Fundacional;
  - Retorne aos órgãos de gestão existentes antes do RJIES;
  - Estabeleça um mínimo de representação estudantil de 40%;
  - Acabe com a obrigatoriedade de presença de membros externos à instituição;
  - Reforce a importância do financiamento público das IES.



## Propinas

O conceito de propina foi aplicado em Portugal em 1941 sob forma de taxa de matrícula, com um valor equivalente a €6. Nos anos 90, altera-se o seu carácter, com a introdução da lógica de utilizador-pagador. Desde então, a tendência foi sempre para subir, tendo alcançado um valor máximo de €1063.47 para as licenciaturas, que viria a ser congelado e a descer graças à luta constante dos estudantes. Sendo, em teoria, o Ensino Superior financiado de forma tri-partida, onde o Estado assumiria a maior fatia dessa responsabilidade, cabendo às IES a obtenção de fundos para objectivos próprios e aos estudantes uma pequena fracção.

No entanto, indo contra a Constituição da República Portuguesa, que preconiza a gratuitidade de todos os graus de ensino, os sucessivos governos têm tomado a opção de colocar esse ónus sobre os estudantes e as suas famílias, assim como sobre as IES. É o caso da FCSH, que tem um orçamento de aproximadamente 50 milhões de euros, o Estado apenas cobre cerca metade desse valor, tendo a Faculdade (que se tornou uma fundação pública de direito privado, com o RJIES) de obter o restante com financiamento privado e com a cobrança do valor máximo das propinas e de um número sem fim de taxas e emolumentos. A situação é ainda mais grave no 2.º e 3.º ciclo de estudos, onde não existe um tecto para o valor que as IES podem cobrar. Com o agravamento das dificuldades, a propina é mais um custo muito significativo, que se alia ao alojamento, à alimentação e tantos outros que deixam muitos estudantes de fora.

Esta desresponsabilização do Estado tem um objectivo muito claro: a elitização e mercantilização do ensino com a privatização à vista. Mas não tem de ser assim! A AEFCSH e os estudantes que estudam em Portugal identificam na propina uma afronta ao Ensino Superior Público gratuito, democrático e de qualidade, sendo o principal obstáculo a derrubar. As recentes ameaças de descongelar o valor das propinas foram, por agora, paradas pela luta dos estudantes, e só a acção estudantil conseguirá impor à tutela o fim da propina.

Por isso, defendemos:

- O fim da propina em todos os graus de ensino, devendo o Estado assumir a sua responsabilidade e cumprir a CRP, tornando todos os graus de ensino gratuitos;



## Processo de Bolonha

O Processo de Bolonha trouxe inúmeros problemas. Destaca-se a instauração da lógica de que a função do Ensino Superior é meramente a formação de mão-de-obra e não a formação integral de cada pessoa que nele ingressa, em que a produtividade e a criação de riqueza são prioritárias à quantidade e qualidade do conhecimento. Para esse fim, as licenciaturas foram divididas em dois ciclos: o 1.º ciclo de estudos (3 anos), que é essencialmente profissionalizante, e um 2.º ciclo, o mestrado, que no conjunto é essencialmente igual às licenciaturas pré- Bolonha. Com esta redução na duração, muitos dos conteúdos leccionados numa licenciatura tiveram de ser comprimidos ou eliminados. A tendência geral é que aquilo que não se considere como essencial para a produção de riqueza seja cortado, empobrecendo os cursos e perdendo-se conhecimento importante e relevante. Apesar do argumento da mobilidade estudantil, esta fica limitada a quem tem recursos e tende a ser feita num só sentido, com a migração de quadros científicos para países mais ricos. Nesta linha, tendo como objectivo uniformizar os cursos a nível europeu, o Processo de Bolonha ignora gravemente as necessidades específicas de cada país.

Ademais, apesar da função profissionalizante e de os nomes dos ciclos se manterem idênticos, o próprio mercado de trabalho faz uma distinção, com a existência de bastantes licenciaturas pós-Bolonha que já não servem para exercer uma profissão, sendo necessário um mestrado. Uma vez que tanto o 2.º como o 3.º ciclo de estudos não têm qualquer tipo de tecto para o valor das propinas, este é mais um passo na elitização do Ensino Superior, ao qual nos opomos firmemente.

Por isso, defendemos:

- A saída de Portugal do Processo de Bolonha.



## **Acção Social**

A acção social tem uma função fundamental - evitar que os estudantes sejam obrigados a sair do Ensino Superior por dificuldades económicas. Esse auxílio é imprescindível para dezenas de milhares de estudantes que, sem acção social, não teriam condições de continuar no Ensino Superior.

A realidade é que as respostas são hoje, em grande medida, brutalmente insuficientes.

Ao nível do Alojamento, há 16 mil camas em residências públicas para cerca de 110 mil estudantes deslocados, deixando os restantes à mercê do privado e do seu carácter especulativo.

Nas bolsas, há uma brutal insuficiência do seu valor e abrangência, o processo de candidatura é burocrático e evasivo e há processos que ficam pendentes até largos meses após o início do ano lectivo.

A Refeição Social vê aumentar o tecto máximo para o seu preço todos os anos, atingindo, neste ano, os 3,20€, preço adoptado já em várias Instituições de Ensino Superior.

O rácio de psicólogos por estudantes atinge, nesta fase, o número de 1 para cerca de 3000, número que se encontra bem distante do rácio recomendado de 1 para 500. Oferecem-nos cheques que, como se tem visto, não só não respondem às exigências como excluem aqueles que mais precisam.

Em vários elementos, um traço comum - uma crescente desresponsabilização do Estado e a ausência de respostas de carácter estrutural.



Por isso, defendemos:

- Uma valorização séria e comprometida da Acção Social Escolar;
- O cumprimento do PNAES e o seu alargamento, fazendo frente às necessidades verificadas hoje;
- O alargamento e aumento do valor de referência das bolsas de estudo da DGES;
- O congelamento do preço da refeição social em 2,70€;
- A contratação de psicólogos que garantam o cumprimento do rácio recomendado supramencionado de 1 psicólogo para 500 estudantes;